



## **Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a Economia Solidária**

**Jaqueline Tittoni**

**jaquemin@terra.com.br**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Rio Grande do Sul - Brasil**

### **Introdução**

Os modos de viver o trabalho e seus laços com as contemporâneas crises sociais tem relativizado os idéias de progresso e desenvolvimento historicamente associados ao trabalho. Em outras palavras, a idéia do trabalho como produtor de progresso e de desenvolvimento vem sendo fortemente abalada pelas transformações no âmbito do trabalho e da produção, cujos efeitos na configuração social implicam no desemprego, na precarização e na ressignificação do trabalho.

Este estudo tem como referência o acompanhamento de dois grupos de mulheres, costureiras, moradoras da periferia de Porto Alegre, inseridas em algum projeto de vida e de trabalho que passe pela discussão da autogestão

no campo da chamada Economia Solidária e vinculadas, de alguma forma às políticas públicas. Na forma de subsídios para os equipamentos ou mesmo como bolsas que viabilizem sua permanência nos projetos para construção de alternativas de geração de renda, um espaço do poder público “abre-se” para acolher novas estratégias de produção, apesar de reproduzir, muitas vezes, as lógicas assistenciais que historicamente definiram o papel do Estado junto às chamadas classes populares.

A discussão central de nosso estudo esteve marcada pela problematização destas formas de trabalhar vinculadas a autogestão e a Economia Solidária, de modo a visibilizar potências que indicassem sobre possibilidades de invenção de outros modos de trabalhar, para além da perspectiva da geração de renda.

Ao tomar os processos que visibilizam-invisibilizam tais potências, fomos instigados a problematizar nossas tecnologias de intervenção e de produção de conhecimento, produzindo duas estratégias de permitissem captar tais processos. Talvez pela imponência do visível e de sua profunda arte de esconder e mostrar, fazer ver e cegar, tomamos os recursos da fotografia como estratégia de captura destes movimentos. As mulheres, ao fotografar seu trabalho nos revelavam seus olhares e o que poderia ser, aí, visível e invisível. O recurso da fotografia funcionou como um dispositivo de identificação dos olhares das mulheres sobre suas produções e modos de trabalhar. Produziu palavras, ao mesmo tempo que revelava discursos e é nesse sentido que tal estratégia de intervenção demonstrou sua potencialidade.

Este recurso, no entanto, só fazia sentido se associado a criação de espaços de fala e de confiança, produzidos pelas estratégias de acompanhamento dos grupos. Um dos grupo teve seu acompanhamento marcado pela invenção de diferentes modos de trabalhar, conviver e movimentar-se nas malhas do Estado e no emaranhado de suas políticas. Nos indicaram, aos poucos, que o trabalho produz uma infinidade de sentidos e significações para muito além das estratégias de geração de renda e de sobrevivência. Com relação ao outro grupo, sua experiência foi marcada pelos atravessamentos institucionais e pelas

políticas assistenciais, A marca deste acompanhamento foi a luta pela sobrevivência nos processos de constituição deste grupo, na definição de produtos, nas aprendizagens necessárias ao trabalho.

### **Sobre trabalho, subjetivação e economia solidária**

A idéia de elaborar a própria vida como uma obra de arte (Foucault, 2000) tem suscitado importantes inquietações nas discussões que propomos sobre as interfaces entre subjetivação e trabalho. Isto porque, o ato mesmo de produzir e de produzir-se enquanto trabalhador envolve inúmeros aspectos que transcendem as problematizações de caráter técnico e econômico. O ato de produzir implica múltiplos saberes e sensibilidades nem sempre visíveis ao discurso técnico-econômico, na medida em que expressam dimensões estéticas que se acoplam aos produtos, invisibilizadas pela sua utilidade e praticidade.

O trabalho especializado no modelo fabril, no ordenamento das ações e na homogeneidade dos movimentos teve importante função na produção destas invisibilidades. No entanto, tamanha monotonia e linearidade só poderiam existir garantidas por estratégias de separação entre o planejar e o executar, que acabaram por constituir a garantia capitalista do domínio dos trabalhadores e de suas artes.

Ao separar o planejamento e a execução, no bojo de tantas outras cisões capitalistas, como a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, a organização do trabalho capitalista garantiu a possibilidade de uma prática – a execução - reconhecida como destituída de saber.

No entanto, no silêncio dos movimentos repetitivos, uniformes e cadenciados dos modelos taylorista-fordistas, enunciavam-se movimentos importantes que garantiam a produção de trabalhos outros. Trabalhos estes que se faziam notar pelos estilos de cada um agir, pelo modo como elaboravam-se

estratégias de “enganação” das máquinas controladoras. No bojo mesmo do trabalho repetitivo, fluxos de poder que permitiam “driblar” o controle da cadência, da velocidade e da forma dos movimentos. Silenciosos, produziam formas de agir que imprimiam aos modos tácitos de trabalhar contornos de movimentos de resistência.

As estratégias de controle e dominação que envolvem a produção de subjetividade são muito íntimas de cisão entre pensar e agir, não só pelo seu caráter cognitivo, que implica quase uma mecanização dos modos de agir humanos, mas pelos valores éticos e morais a eles associados. Neste sentido, percebe-se que as estratégias de cisão entre pensar e agir somente fazem sentido se impregnadas da idéia de que somente alguns privilegiados são capazes de pensar, enquanto outros somente são capazes de executar.

A astúcia ou, o que Dejours (1994) chamou de “inteligência astuciosa” ao propor que existem dois trabalhos em ato: um, prescrito e normatizado – o trabalho prescrito - e outro, como efetivamente ocorre – o trabalho real. A astúcia está em, justamente, poder realizar o trabalho real, muitas vezes transgredindo normas e prescrições que impedem ou dificultam a realização das tarefas e a produção mesma.

Inteligência astuciosa, saberes tácitos, saberes cotidianos podem constituir o que De Certeau (1994) chama de “práticas anônimas” e que nos inspirou para definirmos como sensibilidades anônimas, os procedimentos necessários à produção que conferem um valor e um efeito estético aos produtos, permitindo fluir o que se pode chamar de potencialidade inventiva dos trabalhadores na produção de objetos cujo valor extrapola seu caráter de utilidade e seu valor de mercado. Como sugere Sánchez Vazquez (1996), ao apontar as tendências de análise da arte e da estéticas na contemporaneidade,

“a tendência a considerar a função estética não só no produto, senão também na atividade criadora que desemboca nele Se na estética tradicional a atenção se põem, sobretudo, na obra (seja na sua relação com o sujeito criador, seja com o produto), se trata agora de fixa-la no ato mesmo da criação, vendo nele o estético mesmo”(Sánchez Vázquez, 1996, p. 98)

A discussão sobre subjetivação e trabalho passa, assim, a integrar-se a este percurso de modo a problematizar o ato de produzir e seus efeitos na produção de modos de trabalhar, de viver e de existir.

A referência às “artes da existência”, proposta por Foucault (1998, p. 15) implica em

“práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não só se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”

Deste modo, estão em questão técnicas e tecnologias que pressionam para definição de práticas e modos de existir e de viver que se entrelaçam. Técnicas e tecnologias que conformam modos de subjetivação que implicam em processos de luta, onde poder e resistência também habitam as possibilidades da estética e da existência.

Ao tomarmos a subjetividade como “a maneira na qual o sujeito faz a experiência de si mesmo nos jogos de verdade” (Foucault, 1999-a, p. 16) e subjetivação como os processos pelos quais tais experiências se dão, a possibilidade de fazer da vida uma obra de arte está profundamente entrelaçada com a experiência que o sujeito faz de si mesmo. Ao trabalhar, ao produzir os objetos e a vida, a experiência de si se faz como sujeito na condição de trabalhador.

Ao tomarmos a condição de trabalhador como atrelada às noções de subordinação e de cumprimento de regras e de leis, pode-se pensar que a experiência do ser trabalhador está modelada por uma moral que supõe um trabalhador cordato, capaz de cumprir as normas e garantir os maiores índices de produção e de produtividade possíveis. Ao pensar não só na constituição deste sujeito moral, ao qual chamaremos de “operário-padrão”, mas dos processos que permitem produzir subjetividades engajadas ou desviadas destas modelagens, pode-se refletir sobre as tecnologias de si em ação na produção destes processos. Tais tecnologias acionam dispositivos produtores de subjetividade e de modos de existir, inserindo-os nos jogos de poder e de verdade.

Estas tecnologias, enquanto “ reflexões sobre os modos de vida, sobre as eleições de existência, sobre o modo de regular a própria conduta, de fixar-se a si mesmo fins e meios” (Foucault, 1999-b, p. 257) atuam nos modos como o sujeito se auto-reconhece na condição, no caso, de trabalhador.

Neste sentido, retomando as cisões entre o planejamento e a execução como dispositivo que garante estratégias de dominação dos trabalhadores e de suas potencialidades inventivas, pode-se pensar em uma série de tecnologias que atuam diretamente sobre os modos de organização do trabalho. Tais como, a sucessão de momentos de treinamento e de capacitação que não levam em consideração aprendizagens tácitas, a subordinação do conhecimento técnico ao cotidiano nas mais diferentes situações de trabalho e mesmo a captura das idéias e informações tácitas e cotidianas pela maquinaria capitalista de modo a destituí-las de originalidade e de autoria, inscrevendo-as nos procedimentos e normatizações técnicas e administrativas.

A utilização destas tecnologias aciona dispositivos que funcionam no sentido do reconhecimento e, muitas vezes, do auto-reconhecimento do trabalhador como incapaz, destituído de saber e de capacidade de autoria de idéias. Estas estratégias de reconhecimento e de auto-reconhecimento produzem efeitos estéticos de desvalorização dos produtos e dos atos de produção e, da mesma forma, modos de subjetivação da condição de trabalhador marcadas pela auto-desvalorização e auto-desqualificação. A experiência de si se faz nestes jogos de verdade.

Do mesmo modo, consolidam-se estratégias de dominação que, cotidianamente, produzem trabalhadores suscetíveis a humilhações e desqualificações nos espaços do trabalho. A auto-culpabilização, referenciada em vários estudos no campo da saúde do trabalhador (Nardi, 1999; Merlo, 1999; Tiftoni, 1999, entre outros) que demonstram os processos de culpabilizam dos trabalhadores pelos acidentes e situações de adoecimento dos quais são vítimas, encontra solo fértil para reproduzir-se na contemporaneidade no contexto da individualização exacerbada e do acirramento da competição nos locais de trabalho.

Estas configurações contemporâneas do trabalho e seus laços com processos tradicionais inscritos na história social do trabalho conformam uma genealogia, por vezes, assustadora onde os movimentos de exclusão e inclusão no trabalho se entrelaçam e já não se pode definir claramente os territórios de exclusão.

As transformações do trabalho, no contexto da globalização e pressionada pelos processos de reestruturação e de flexibilização do trabalho delimitam novos cenários onde a desregulamentação das relações de trabalho cresce na mesma medida da precarização (Antunes, 2000; Cattani, 1996, por exemplo). Outros sujeitos emergem na condição de trabalhador: são os desfilados ou supranumerários, na visão de Castel (1998), produtos de uma sociedade de consumo intenso e da descartabilidade, que se despe de seus dispositivos de garantia de seguridade social e de direitos sociais formulados e implementados pelo Estado. Condenados ao seu própria destino, trabalhadores em situação de desemprego crescem assustadoramente no planeta, formando uma legião de seres humanos marcados pelo êxodo, pela errância e pela vulnerabilidade. Nas grandes cidades, circulam pelas ruas, montam seus pequenos negócios de trabalhadores informais, camelôs, vendedores ambulantes. Carregando, muitas vezes, a “casa nas costas”, levam também seus produtos, suas vidas, seus destinos.

A estética da violência e da miséria torna ainda mais difícil visibilizar as práticas e as sensibilidades anônimas em ação na produção de outros modos de trabalhar. No entanto, no bojo mesmo das transformações do trabalho, começam a tomar corpo outras estratégias e modos de trabalhar que produzem outros agenciamentos. A chamada “produção não capitalista” (Souza Santos, 2002), apesar da polêmica que possa gerar este modo de enunciar tentativas de produção de diferenças no âmbito do trabalho, expressa estes movimentos.

Conforme o autor, a produção não capitalista busca dar visibilidade “a práticas e teorias que desafiam o capitalismo e são freqüentemente denominadas de alternativas” (Souza Santos, 2002, p. 27) O autor problematiza a que aspectos do capitalismo tais práticas e teorias são alternativas, alencando três

características negativas do capitalismo, a saber, a produção das desigualdades de recurso e poder, a produção de formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal e, por fim, o tipo de produção e consumo do capitalismo põem em perigo os recursos naturais e as condições físicas de vida na terra (Souza Santos, 2002, p. 28)

As práticas “não capitalistas”, “alternativas” ou “de resistência” buscam afirmar outros modos e existir e produzir a vida, que fragilizem as subjetividades produzidas no contexto ético-estético hegemônico da discursividade capitalista. Neste caso, acompanhando as idéias do autor, visibilizar estratégias onde predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza.

Neste estudo, em especial, ressaltamos as estratégias produzidas no campo da chamada Economia Solidária de modo a pensar na sua potencialidade enquanto produtora de modos de viver e de trabalhar solidários, cooperativos e autogestionados. A busca de alternativas de geração de renda dá-se na mesma medida em que se visibiliza a possibilidade de reinventar modos de trabalhar, que desafiem as lógicas hegemônicas capitais de organização do trabalho e de viver, que produzam processos calcados nas Éticas que instigam à solidariedade e a cooperação.

Segundo Singer (2002), a economia solidária é uma invenção dos operários como estratégia de resistência à pobreza e ao desemprego, desde os primórdios do capitalismo e tem nas organizações cooperativas seu modo de existência característico. A empresa solidária, segundo o autor, nega a separação entre o trabalhador e os modos de produção, e do mesmo modo, entre Capital e Trabalho, sendo que os trabalhadores são proprietários da empresa. Do mesmo modo, a empresa é dividida por igual entre os trabalhadores, de modo que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Sua finalidade não é o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho.

No contexto brasileiro, a Economia Solidária já possui importantes referências e experiências, tais como as experiências de cooperativas no Rio Grande do Sul (Gaiger, 2000), as experiências de São Paulo (Castro, Pascali e Whitacker, 2000) e do Rio de Janeiro (Tiriba, 2000) ; estratégias formuladas pelo



movimento sindical (Magalhães e Todeschini, 2000) e aos movimento dos trabalhadores sem-terra (Navarro, 2002 e Carvalho, 2002), assim como as experiência ligadas a incubadoras que se formulam no âmbito universitário, tais como as descritas por Guimarães(2000) e Singer (2000). Tais experiências tem em comum o objetivo de formularem, na prática e na teoria, formas de resistência ao capitalismo, produzindo outros modos de trabalhar e de conceber o trabalho e sua potencialidade na vida social.

As noções de autogestão e de solidariedade ocupam lugar importante me nossas problematizações. Singer (2000, p.19) sugere que a autogestão em uma empresa solidária deveproporcionar que os conflitos sejam tratados abertamente e resolvidos em negociações coletivas, das quais todos os trabalhadores fazem parte; as informações e a transparência em termos contábeis e financeiros permitem uma maior e mais qualificada participação de todos. Nestes casos, colocadas à disposição e compreendidas por todos, as ferramentas da gestão permitem aos coletivos decidirem sobre os rumos de seu trabalho e de sua produção..

Autogerir-se implica, também constantes processos de análise das situações de trabalho e dos coletivos de trabalhadores, de modo a potencializar os movimentos do grupo no sentido de sua autonomia de relações de poder que fixam aos modos tradicionais de trabalhar. Estes modos tradicionais estão ligados à separação entre concepção, execução e gestão, por exemplo. Do mesmo modo, estão ligados às diferentes formas de propriedade geradas nos contextos de trabalho que, mutias vezes, extrapolam a propriedade dos equipamentos e meios de produção: são a propriedade de informação, de saberes, de recursos técnicos que podem vir a funcionar como importantes fontes de exercício de poder e de exploração.

De imediato, percebe-se que não é simples potencializar a invenção de outros modos de trabalhar no contexto hegemônico capitalista, onde a necessidade de sobrevivência coloca-se como um imperativo. Tal necessidade, por vezes, aciona potencialidades criativas. No entanto, é impossível não entender tais potencialidades como efeitos da miséria e das desigualdades sociais e é neste

sentido que pensar em estratégias de resistência ligados a invenção de outros modos de trabalhar, não significa uma visão romântica e literária da pobreza e da miséria. Significa aderir à busca de produção da dignidade e do reconhecimento da capacidade de homens e mulheres para refletir e produzir seus modos de viver, de trabalhar e de existir.

Considerando que no contexto analisado, várias propostas “alternativas” formulam-se no âmbito das políticas públicas, também constitui-se em importante risco a ser analisado, as tradições assistencialistas que se formulam no âmbito do Estado. Neste caso, por vezes, estratégias potencialmente interessantes em termos da invenção de territórios de trabalho diversificados, acabam por serem capturados não pelas lógicas de mercado, mas pela visão assistencialista e conservadora que se formula no âmbito das políticas públicas.

### **Fotografando o trabalho**

O primeiro movimento dos grupos foi o de reconstruir, através das imagens, o processo de produção. Interessante observar como, nas diferentes experiências dos grupos, mostram-se os modos como o trabalho se configura através do local de trabalho, dos equipamentos e do envolvimento das costureiras com suas atividades.

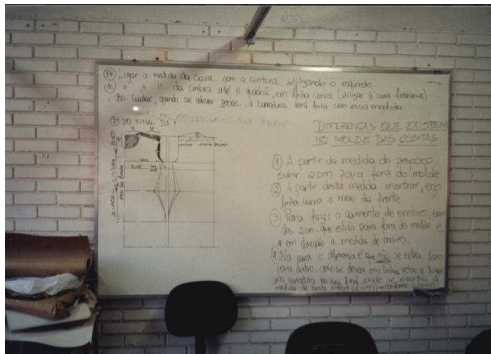
No primeiro grupo, prevalece a composição dos tecidos através dos jogos entre as cores e texturas, enfatizando a composição e a concepção das peças. As peças exclusivas demonstram elementos de criação e de reconstrução das peças a cada momento, apesar de existir uma modelagem uniforme para a confecção das peças básicas.





## O Trabalho

O segundo grupo reconstrói o seu processo de produção, enfatizando o ambiente de trabalho e as principais dificuldades encontradas na aprendizagem da costura e da confecção.



As atividades capturadas são basicamente as mesmas, a saber, a concepção das peças, o corte do tecido e a costura. Justamente no âmbito da concepção das peças é que aparecem diferenças importantes entre os grupos: no primeiro grupo, a reciclagem dos retalhos e a concepção dos tecidos confere uma maior autonomia e potencialidade criativa ao trabalho, se pensada em relação ao segundo grupo, onde a concepção das peças orienta-se pela modelagem, pelo cálculo das medidas e pela formação concedida por uma “professora de corte e costura”. Diferentes sujeitos?

A possibilidade de algum controle sobre o ritmo de trabalho, sobre conversar com as colegas e trocar idéias diversas, assim como a criação de espaços de descanso aparecem como elementos agradáveis do seu cotidiano de trabalho. As conversas que se originam destes momentos de descanso são consideradas fundamentais para estas mulheres cuja rotina organizada em torno do trabalho doméstico está marcada pela solidão e pela invisibilidade. A participação em feiras, grupos de discussão, reuniões diversificadas potencializam seu nível de circulação - e, certamente, de apropriação - da cidade e ampliam consideravelmente seu capital cultural, sendo considerados ganhos muito importantes deste tipo de inserção no trabalho.

### **Sobre as invisibilidades: o corpo**

Um efeito importante do uso das imagens neste estudo reside nos jogos entre as situações ou objetos que deverão ser registrados e uma série de outros elementos que compõe a cena ou a imagem, fazendo com que as fotografias revelem invisibilidades e façam pensar sobre elas. Um ponto importante neste jogo foi a visibilidade do corpo no trabalho e dos modos como ele se “acomoda” às

situações e aos modos de trabalhar. A surpresa com a imagem do corpo trouxe a surpresa com a própria imagem e a problematização das condições de trabalho, um ponto extremamente frágil na discussão sobre a Economia Solidária.



As emoções trazidas pelas imagens também são reveladoras e instigam problematizações relacionadas ao trabalho. Foi justamente através de uma foto que apareceram a insatisfação de um dos grupos com o tipo de atividade que realizava, com a falta de autonomia para escolher quais produtos deveriam ser priorizados na produção. Também o desejo de autonomizar-se através da escolha dos modos de trabalhar e da possibilidade de integrar à sua produção atividades que gostavam e faziam muito bem, como o bordado e a pintura. Nas suas palavras, elas gostariam e “enfeitar” as peças que produziam, dando cor e formas diferentes ao tecido de algodão cru que lhes era oferecido para confecção. Eis a fotografia.



Estas situações buscam ilustrar a potencialidade que reside na utilização das imagens e, principalmente, pensar nos tensionamentos que se produzem no campo em análise entre a necessidade-desejo de produção da autonomia e da autogestão dos grupos de trabalho e a tutela dos trabalhadores que marca a história do trabalho capitalista e que atravessa as políticas públicas na forma, sobretudo, do assistencialismo.

### **Para finalizar**

A experiência junto aos grupos demonstrou que a Economia Solidária pode constituir-se em importante fonte de resistência aos princípios capitalistas hegemônicos de ordenação das relações entre o Capital e o Trabalho. Neste momento, onde a própria discussão sobre o lugar do trabalho e dos seus efeitos na vida social toma um lugar central na problematização dos modos de viver, de trabalhar e de se reconhecer como cidadão.

No entanto, a produção destas estratégias de resistência encontra inúmeras dificuldades que se concentram, principalmente, na potência das formas tradicionais de organização do trabalho capitalista e dizem respeito sobretudo a uma cultura de desvalorização e desqualificação dos saberes cotidianos e práticos dos trabalhadores.

O dispositivo que aciona estas formas de desqualificação reside, sobretudo, na crença da superioridade do conhecimento técnico e científico e de seus desdobramentos disciplinares. Estes dispositivos se fazem perceber com mais intensidade nos grupos cujo percurso na direção da autogestão está iniciando e onde ainda é muito forte a idéia de que o objetivo destas estratégias é, sobretudo, a geração de renda. Nestes casos, os grupos e trabalho podem funcionar apenas no nível da execução de tarefas, deixando de explorar as

possibilidades de invenção de produtos e estratégias de comercialização e circulação de suas produções, por exemplo.

Em se tratando de grupos de mulheres e do desenvolvimento de habilidades para a confecção, corte e costura pode-se pensar que as dificuldades em termos da busca de autonomização e emancipação dos grupos são ainda maiores. A condição de mulher, que vive na periferia, que “carrega a casa nas costas”, na medida em que é a principal responsável pelo cuidado da casa, pela realização do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos, pressiona para a fixação destas mulheres aos seus territórios domésticos e familiares. Muitas vezes, a habilitação como costureira funciona como mais um dispositivo de “fixação”, se funcionar apenas como uma estratégia para gerar renda “em casa”, ao mesmo tempo em que realizam as atividades domésticas e o cuidado dos filhos.

A maquinaria capitalista, que tem demonstrado ser muito hábil na associação entre patriarcado e exploração, como bem demonstram estudos que se ocupam da discussão do gênero e da subjetividade no trabalho, acaba por apreender e transformar as estratégias que visam a emancipação e a autonomia. E as mulheres, agora, costureiras, voltam...para trabalhar em casa.

A participação em grupos como os analisados podem funcionar, de outro modo, como brechas que acionam movimentos que permitem ampliar os territórios de vida, as possibilidades de acesso a outras dimensões da sociedade de consumo ou, em outras palavras, os espaços e as situações de encontro com outras mulheres e outros trabalhadores.

A ampliação destes espaços implica na ampliação, também de suas possibilidades de acesso às informações e da qualificação de sua participação nas decisões e na produção dos percursos de seus grupos de trabalho.

Tais estratégias não podem ser vendidas, como pacotes de gerenciamento perfeito do trabalho, mas produzem-se nos modos cotidianos de viver e de trabalhar. Os grupos trilham seus caminhos de modo a construir percursos próprios e particulares, definidos nas interfaces entre suas experiências e as pressões advindas dos jogos de poder nos quais se inscrevem, mesmo sem

saber ao certo o motivo ou o modo de inscrição. Por isto, enfatizar sua experiência é problematizar sua inscrição e sua posição nos jogos de poder, visando a produção de estratégias singulares, potencializadoras de transformação, da autonomia e da emancipação.

## Bibliografia

ANTUNES, R. *Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2000.

CARVALHO, H.M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SOUZA SANTOS (org). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO.C.H.; PASCALI,M.J. e WHITACKER,S. O clube de trocas em São Paulo. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000.

CATTANI, A. D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DE CERTEAU, M. *a Invenção do Cotidiano*. Petrópolis : Vozes, 2000. Volume 1

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho : contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-143.

FOUCAULT, M. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault : uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

-----*História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 2: O uso dos prazeres.

----- (a). A criação de modos de vida. In: FOUCAULT, M. *Estética, Ética e Hermenêutica*. Introdução, tradução e edição de Angel Gabilondo. Barcelona : Paidós, 1999. Obras Essenciales volumen III

----- (b) Subjetividade e Verdade. In: In: FOUCAULT, M. *Estética, Ética e Hermenêutica*. Introdução, tradução e edição de Angel Gabilondo. Barcelona : Paidós, 1999. Obras Essenciales volumen III

GAIGER, L.N. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000



GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000

MAGALHÃES, R.S. e TODESCHINI, R. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000

MERLO, A *A Informática no Brasil – prazer e sofrimento no trabalho*. Petrópolis : Vozes, 1999.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem Emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SOUZA SANTOS (org). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

NARDI, H. C. *Saúde, trabalho e discurso médico*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

SANCHÉZ-VÁSQUEZ, A *Questiones Estéticas y Artísticas Contemporáneas*. México : Fondo de Cultura Mexicana, 1996.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000

----- . A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (org). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUZA SANTOS (org). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

TIRIBA, L. A Economia solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A R.A *Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2000

TITTONI, J. Trabalho e sujeição: trajetórias e experiências de trabalhadores demitidos no setor petroquímico. Porto Alegre ; PPG Sociologia UFRGS, 1999. Tese de Doutorado.

VAINER, C. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, G. (org). *Sindicalismo e Cooperativismo – a economia solidária em debate*. São Paulo : UNITRABALHO, 1998.